



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2022

 **Sterlite Power**



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2022

Sterlite Power

GBS PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/ME nº 41.774.224/0001-38

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

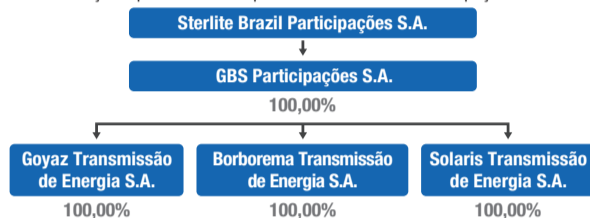
Prezados Acionistas,

A Administração da GBS Participações S.A. ("GBS Participações" ou "GBS" ou "Controladora") em conformidade com as disposições legais e estatutárias, apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022. A respeito do Relatório da Administração, ressalta-se:

A Sociedade

A GBS Participações S.A. ("GBS Participações" ou "GBS" ou "Controladora"), é uma Companhia holding nacional, constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado em 23 de setembro de 2021, e tem como objetivo social a participação no capital de outras sociedades ou em outros empreendimentos, na qualidade de sócia, acionista ou quotista, associação em consórcio ou qualquer outro tipo de colaboração empresarial e é controlada pela Sterlite Brazil Participações S.A. ("Controladora" ou "Grupo Sterlite"), cujas acionistas são Sterlite Power Grid Ventures Limited ("SPGVL") e Sterlite Grid 5 Limited, ambas sediadas na Índia.

A GBS Participações foi constituída dentro do planejamento de reestruturação societária e a partir de fevereiro de 2022 passa a ser a controladora direta das Companhias: **Goyaz Transmissão de Energia S.A.**, **Borborema Transmissão de Energia S.A.** e **Solaris Transmissão de Energia S.A.**, através da transferência de 100% das ações que estavam em poder da Sterlite Brazil Participações S.A.



BALANÇO PATRIMONIAL

31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Ativo	Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	5	81.236	5	147.776
Concessionárias e permissionárias	6	-	-	7.189
Ativo de concessão	7	-	-	134.086
Prêmio de seguro		-	-	1.341
Tributos e contribuições a compensar		981	-	1.321
Adiantamento a fornecedores e funcionários	8	-	-	502
Dividendos a receber	10	3.862	-	-
Partes relacionadas	9	50.470	49.791	50.470
Outros		4.366	-	4.366
Total do ativo circulante		140.915	49.796	347.051
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Ativo da concessão	7	-	-	1.613.240
Adiantamento a fornecedores e funcionários	8	-	-	45.483
Prêmio de seguro		-	94	297
		-	94	1.659.020
Investimentos	10	1.126.896	-	-
		1.126.896	-	-
Total do ativo não circulante		1.126.896	94	1.709.490
Total do ativo		1.267.811	49.890	2.006.071

(*) Em 31 de dezembro de 2021, o capital social integralizado era de R\$ 100 (cem reais).

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucro	Lucros (prejuízos) acumulados	Subtotal	Adiantamento para futuro aumento de capital	Patrimônio líquido
Constituição e integralização de capital	- (*)	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	100	100
Prejuízo do exercício	-	-	-	(3.071)	(3.071)	-	(3.071)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	- (*)	-	-	(3.071)	(3.071)	100	(2.971)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital conforme AGE de 11 de fevereiro de 2022	447.015	-	-	-	447.015	(100)	446.915
Aumento de capital conforme AGE de 09 de março de 2022	2.170	-	-	-	2.170	-	2.170
Aumento de capital conforme AGE de 18 de março de 2022	25.000	-	-	-	25.000	-	25.000
Aumento de capital conforme AGE de 01 de setembro de 2022	1.634	-	-	-	1.634	-	1.634
Lucro líquido do exercício	-	-	-	195.542	195.542	-	195.542
Constituição de reserva legal	-	9.624	-	(9.624)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(1.828)	(1.828)	-	(1.828)
Constituição das reservas de retenção de lucros	-	-	181.019	(181.019)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	475.819	9.624	181.019	-	666.463	-	666.463

(*) Capital subscrito e integralizado em 30 de setembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 100 reais, constituídos em 23 de agosto de 2021.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

1.1. Objeto social: A GBS Participações S.A. ("Companhia" ou "GBS"), é uma Companhia holding nacional, constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, constituída em 23 de setembro de 2021, e tem como objetivo social a participação no capital de outras sociedades ou em outros empreendimentos, na qualidade de sócia, acionista ou quotista, associação em consórcio ou qualquer outro tipo de colaboração empresarial. A Companhia tem a sua sede na Av. Engenheiro Luiz Carlos Berrini, 105, Edifício Berrini One, andar 12 - Sala E - Cidade Monções, no município de São Paulo e é controlada pela Sterlite Brazil Participações S.A. ("Controladora" ou "Grupo Sterlite"), cujas acionistas são Sterlite Power Grid Ventures Limited ("SPGVL") e Sterlite Grid 5 Limited, ambas sediadas na Índia. As companhias Borborema Transmissão de Energia S.A. ("Borborema"), Goyaz Transmissão de Energia S.A. ("Goyaz") e Solaris Transmissão de Energia S.A. ("Solaris") são controladas da GBS Participações e têm o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A controladora da Companhia Sterlite Brazil Participações S.A. (holding), realizou reorganização societária de suas controladas, e como consequência, em 11 de fevereiro de 2022, as Companhias Goyaz Transmissora de Energia S.A., Borborema Transmissora de Energia S.A. e Solaris Transmissora de Energia S.A. passaram a ser controladas pela Companhia, por meio da transferência de 100% das ações destas controladas. Os saldos das controladas na data-base da transferência do controle estão mencionados na Nota 4. **1.2. Das Concessões:** As controladas da Companhia possuem o direito de explorar, direta ou indiretamente, os seguintes contratos de concessões de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Concessionária	Contrato	Prazo (anos)	Vencimento	Revisão Tarifária Periódica			Receita Anual Permitida - RAP ciclo 22-23	
				Prazo (anos)	Próxima	Índice de correção	R\$	Mês Base
Borborema	15/2018	30	21/09/2048	5	2024	IPCA	33.434	02/2018
Goyaz	23/2018	30	21/09/2048	5	2024	IPCA	32.931	02/2018
Solaris	31/2018	30	21/09/2048	5	2024	IPCA	36.585	02/2018

Borborema: O projeto da Borborema consiste na implantação e exploração do empreendimento composto pelas seguintes instalações de transmissão de energia no estado da Paraíba: (i) Linha de transmissão em corrente alternada em 500kV, entre as subestações de Campina Grande III e João Pessoa II, em circuito simples, com extensão aproximada de 123 km; (ii) Subestação João Pessoa II 500/230-13,8kV - (3+1R) x 150MVA e 230/69kV - 2 x 150 MVA; e (iii) Conexões de unidades de transformação, entradas de linha, interligações de barramentos, reatores de linha e respectiva conexão, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. **Goyaz:** O projeto da Goyaz consiste na implantação e exploração do empreendimento composto pelas seguintes instalações de transmissão de energia no estado de Goiás: (i) Linha de transmissão em corrente alternada em 230kV, entre as subestações de Edéia e Cachoeira Dourada, em circuito simples, com extensão aproximada de 150 km; (ii) Novo pátio em 345kV na Subestação Pirineus, no Estado do Goiás, para receber a estação conversora e seus equipamentos e pátio em 345/230-13,8 kV; (iii) Compensador Estático - CE (-75/+150) Mvar no setor de 230kV da SE Barro Alto; e (iv) Conexões de unidades de transformação, entradas de linha, interligações de barramentos, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. **Solaris:** O projeto da Solaris consiste na implantação e exploração do empreendimento composto pelas seguintes instalações de transmissão de energia no estado de Minas Gerais: (i) Linha de transmissão em corrente alternada em 230kV, entre as subestações de Janaúba 3 e Jaíba, em circuito duplo, com extensão aproximada de 93 km; (ii) Subestação Jaíba com pátio de 230/13813,8 kV, (6+1 Res) x 33,3 MVA; (iii) Subestação Janaúba 3 com pátio de 500/230-13,8kV, (6+1 Res) x 100 MVA; (iv) Linha de transmissão em corrente alternada em 345kV, entre as subestações de Pirapora 2 e Três Marias, em circuito simples, com extensão aproximada de 112,2 km; e (v) Conexões de unidades de transformação, entradas de linha, interligações de barramentos, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. **1.3. Receita Anual Permitida - RAP:** A RAP tem por finalidade remunerar os investimentos na infraestrutura da concessão, bem como os serviços de operação e manutenção da linha de transmissão. A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária é definida pelo Poder Concedente e corrigida

Governança corporativa

A GBS Participações S.A. é uma empresa de capital fechado que busca aperfeiçoar seu sistema de gestão, aplicando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito com seus acionistas, colaboradores, fornecedores e demais partes interessadas. A estrutura de governança brasileira tem como principal órgão a Diretoria Executiva formado pela presidência e por diretorias responsáveis por temas como cadeia de suprimentos, projetos, finanças e recursos humanos.

Nosso objetivo é o de buscar cada vez mais a segurança e transparência nas informações, integração e alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.

Responsabilidade ambiental e social

Na implantação das linhas de transmissão de energia, a GBS Participações opera em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos ambientais, de qualidade, de saúde e segurança do trabalho. A GBS entende ser de suma importância uma análise integrada de critérios ambientais em longas extensões e sob diferentes aspectos, de modo a propor as ações, planos, programas e medidas, capazes de gerenciar os impactos ao meio ambiente e as populações inseridas nas proximidades das linhas e promover a preservação ambiental em todo o ciclo de vida de seus projetos.

São Paulo, 17 de maio de 2023

A Administração

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
Receita de implementação da infraestrutura líquida		-	-	754.602
Remuneração do ativo de concessão líquido		-	-	89.486
Receita de operação e manutenção líquida		-	-	5.048
Receita operacional líquida	15	-	-	849.136
Custo de implementação de infraestrutura	16	-	-	(544.766)
Custo de operação e manutenção	16	-	-	(4.400)
Lucro bruto		-	-	299.970
Despesas operacionais				
Despesas gerais e administrativas	17	(1.618)	-	(13.714)
Resultado de equivalência patrimonial	10	264.113	-	-
Lucro antes do resultado financeiro		262.495	-	286.256
Receitas financeiras		967	-	6.870
Despesas financeiras		(67.920)	(3.071)	(68.824)
Resultado financeiro líquido	18	(66.953)	(3.071)	(61.954)
Lucro (prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro		195.542	(3.071)	224.302
Imposto de renda e contribuição social corrente		-	-	(2.217)
Imposto de renda e contribuição social diferido	13	-	-	(26.543)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		195.542	(3.071)	195.542

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2022
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	195.542	(3.071)	195.542	195.542
Total de resultados abrangentes	195.542	(3.071)	195.542	195.542

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2022
Atividade Operacional	195.542	(3.071)	224.302	
Lucro (prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro	195.542	(3.071)	224.302	
Ajustes para reconciliar o lucro líquido (prejuízo) ao caixa gerado (usado) nas atividades operacionais				
Equivalência patrimonial	(264.113)	-	-	-
PIS e COFINS diferidos	-	-	30.414	-
Constituição de provisão para contingências	-	-	-	13.213
Juros, variação monetária sobre empréstimos e debêntures	54.412	595	89.139	-
Apropriação dos custos de captação de debêntures	4.000	2.000	4.000	-
	(10.159)	(476)	361.068	-

Decréscimo (acréscimo) de ativos				
Ativo de concessão	-	-	(847.493)	-
Concessionárias e permissionárias	-	-	(7.189)	-
Tributos a compensar	(981)	-	(916)	-
Prêmio de seguro	-	-	13	-
Adiantamentos a fornecedores e empregados	94	-	88.269	-
Partes relacionadas	(679)	-	(679)	-
Outros	(5.793)	(94)	(5.507)	-
	(7.359)	(94)	(773.502)	-

Acréscimo (decréscimo) de passivos				
Fornecedores	539	-	(114.642)	-
Tributos e contribuições sociais	(249)	266	(3.392)	-
Salários e encargos sociais	-	-	7.466	-
Outros	-	-	(2.688)	-
	290	266	(113.256)	-

Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-	-	1.037	-
---	---	---	-------	---

Fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais	(16.836)	(304)	(524.653)	
Aportes de capital em controladas	(400.229)	-	-	-
Adiantamentos para futuro aumento de capital	(19.500)	-	-	-
Caixa proveniente de controlada adquirida	-	-	49.094	-
Empréstimos com partes relacionadas	-	(49.792)	-	-

Fluxo de caixa gerado pelas atividades de investimentos	(419.729)	(49.792)	49.094	
Aumento de capital	30.231	-	30.231	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	100	-	-
Captação de debêntures, empréstimos e financiamentos	600.000	50.000	828.736	-
Custo de captação de debêntures	(32.757)	-	(33.256)	-

Amortização de principal de debêntures, empréstimos e financiamentos	(58.435)	-	(171.918)	-
Amortização de juros de debêntures, empréstimos e financiamentos	(20.851)	-	(30.461)	-

Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamento	517.796	50.100	623.332	
--	----------------	---------------	----------------	--

Varição do saldo de caixa e equivalentes de caixa	81.231	5	147.773	
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	-	5	
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	81.236	5	147.776	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

continua →



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>


GBS PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/ME nº 41.774.224/0001-38

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

anualmente, para períodos definidos como ciclos, que compreendem os meses de julho a setembro do ano posterior, por meio de Resoluções Homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A ANEEL promoverá a revisão da RAP em intervalos periódicos de cinco anos, contados do primeiro mês de julho subsequente à data de assinatura do contrato de concessão. **Borborema:** O contrato de concessão assegura RAP no montante de R\$25.700 (R\$33.434 ajustado pelo IPCA até 31 de dezembro de 2022), a partir da entrada em operação das linhas de transmissão. Em junho de 2022 os elementos 1 (LT 500kV Campina Grande III - João Pessoa II e SE João Pessoa II setor de 500kV e transformação 500/230-13,8kV (com Parcela de RAP de 67,71%) e elemento 3 (SE João Pessoa II setores 230/69kV com Parcela de RAP do 21,86%) da Borborema foram energizados. **Goyaz:** O contrato de concessão assegura RAP no montante de R\$25.320 (R\$32.931 ajustado pelo IPCA ciclo 2022-23), a partir da entrada em operação das linhas de transmissão. Em junho de 2022 o elemento 1 LT 230 kV Edéia - Cachoeira Dourada C1 (com Parcela de RAP de 36,6%) foi energizado. **Solaris:** O contrato de concessão assegura RAP no montante de R\$31.430 (R\$36.585 ajustado pelo IPCA até 31 de dezembro de 2022), a partir da entrada em operação das linhas de transmissão. Em junho 2022 50% do elemento 2 SE 500/230 kV Janaúba 3 com Parcela RAP de 26,64% da Solaris foi energizado, e em 9 de julho 100% do elemento 2 foi concluído. A Solaris em setembro de 2022, encontra-se 100% em operação, antecedendo assim ao prazo estipulado pela ANEEL de março de 2023 e, ainda, um escopo adicional de reforço previsto para fevereiro de 2023 também antecedendo ao prazo ANEEL de outubro de 2023. **1.4. Encargos regulamentares:** Conforme instituído pelo artigo 13 da Lei nº 9.427/96, concessionárias, permissionárias e autorizadas devem recolher diretamente à ANEEL a taxa anual de fiscalização, que é equivalente a 0,4% do valor do benefício anual auferido em função das atividades desenvolvidas. As controladas da Companhia aplicarão anualmente em pesquisa e desenvolvimento o montante de, no mínimo, 1% da receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria. **1.5. Impactos da COVID-19 (Coronavírus) nos negócios da Companhia:** O negócio da Companhia e de suas controladas apresenta receita previsível, reajustada pela inflação e de longo prazo, assegurada pelos modelos regulatórios dos segmentos de atuação, não apresentando risco de demanda, por não depender de volume consumido de eletricidade e nem de preços de energia. Desta forma, a administração da Companhia e de suas controladas não considera que exista risco de realização de seus recebíveis em decorrência da Covid-19 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Em relação aos seus investimentos, não foram identificadas desvalorização subsequente dos mesmos, a Companhia e suas controladas mitigam os riscos de volatilidade do mercado financeiro efetuando aplicações em investimentos que possuem baixo risco de volatilidade, tendo em vista o seu perfil conservador. Com base na avaliação acima, em 31 de dezembro de 2022 e até a data de emissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração avaliou os efeitos da Covid-19 e seus impactos no (a): (i) uso do pressuposto de continuidade operacional; (ii) gestão de liquidez; (iii) exposição da Companhia aos impactos no setor elétrico e concluiu não existirem impactos a serem reconhecidos nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em decorrência deste assunto.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

2.1. Base de elaboração e apresentação: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A Companhia e suas controladas não possuem outros resultados abrangentes, portanto, o único item de resultado abrangente total é o resultado do exercício. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pela diretoria em 17 de maio de 2023. **2.2. Continuidade operacional:** Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo, e assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas pela moeda funcional que é o Real, moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia e suas controladas atuam. **2.4. Julgamento, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer que a administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas. Esses julgamentos, estimativas e premissas são revisados ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas. Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos estão relacionados aos seguintes aspectos: • Constituição de ativo ou passivo fiscal diferido (Nota 14); e • Contabilização de contratos de concessão (Nota 7). Na contabilização dos contratos de concessão, as controladas da Companhia efetuam análises que envolvem o julgamento da administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação de receitas de implementação da infraestrutura, ampliação, reforços e melhorias como ativo contratual. **Momento de reconhecimento do ativo contratual:** A administração das controladas da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida à receita de implementação da infraestrutura, que é reconhecida conforme os gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada. **Determinação da taxa de desconto do ativo contratual:** A taxa aplicada ao ativo contratual é a taxa de desconto que seria refletida em uma transação de financiamento separada entre a entidade e seu cliente no início do contrato, que foi de 9,44%. Essa taxa refletiria as características de crédito da parte que recebe o financiamento no contrato, bem como qualquer garantia ou garantia fornecida pelo cliente ou pela entidade, incluindo os ativos transferidos no contrato. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo contratual é estabelecida na data do início de cada contrato de concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que as controladas da Companhia têm direito a receber, a quantia escriturada do ativo contratual é ajustada para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado. **Determinação das receitas de implementação da infraestrutura:** Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de implementação da infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura prestados, resultando em uma margem de lucro da implementação da infraestrutura quando confrontada com o valor justo da contraprestação dos serviços via Receita Anual Permitida (RAP). As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas. **Determinação das receitas de operação e manutenção:** Após a entrada em operação, quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo, tendo como um dos parâmetros os valores estimados pelo Poder Concedente e os respectivos custos, conforme contraprestação dos serviços. Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão. O contrato de concessão não transfere ao

concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regido por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. O ativo de concessão registra valores a receber referentes à implementação, operação e manutenção da infraestrutura e a receita de remuneração dos ativos da concessão. **2.5. Procedimentos de consolidação:** As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas pelo CPC 36 (R3) - Demonstrações consolidadas, aprovado pela Deliberação CVM nº 698/12, abrangendo a Companhia GBS Participações e suas controladas. As controladas são todas as Companhias nas quais a GBS Participações S.A. detém o controle e, são consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle, sua consolidação é interrompida. Em 31 de dezembro de 2022, as participações nas controladas se apresentavam da seguinte forma:

Controladas	Data do início do controle	Participação % 31/12/2022
Borborema Transmissão de Energia S.A. ("Borborema")	11/02/2022	100
Goyaz Transmissão de Energia S.A. ("Goyaz")	11/02/2022	100
Solaris Transmissão de Energia S.A. ("Solaris")	11/02/2022	100

As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as companhias consolidadas e o exercício social dessas controladas coincide com o da controladora. Os seguintes procedimentos foram adotados na preparação das Informações financeiras consolidadas: (i) Eliminação do patrimônio líquido das controladas; (ii) Eliminação do resultado de equivalência patrimonial; e (iii) Eliminação dos saldos de ativos e passivos, receitas e despesas entre as Companhias consolidadas, bem como das contas mantidas entre estas controladas.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Instrumentos financeiros: a) **Ativos financeiros:** i) **Classificação e mensuração** Conforme o CPC 48, os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia e suas controladas apresentam os instrumentos financeiros de acordo com as categorias anteriormente mencionadas: **Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado:** Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. **Custo amortizado:** Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial. ii) **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment):** Conforme o CPC 48, o modelo de "perdas esperadas" se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. iii) **Baixa de ativos financeiros:** A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pelas Companhias e suas controladas em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado. b) **Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. **3.2. Caixa e equivalentes de caixa:** O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação. **3.3. Ativo de concessão - contratual:** Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regido por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. O ativo de concessão registra valores a receber referentes à implementação da infraestrutura, à receita de remuneração dos ativos da concessão e a serviços de operação e manutenção, classificados em: a) **Ativo de concessão - financeiro:** A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em sua operação. O reconhecimento do contas a receber e da respectiva receita originam somente depois que a obrigação de desempenho é concluída mensalmente, de forma que esses valores a receber, registrados na rubrica "Serviços de O&M", são considerados ativo financeiro a custo amortizado. b) **Ativo de concessão - contratual:** As concessões das controladas da Companhia foram classificadas dentro do modelo de ativo contratual, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que as controladas da Companhia operam e mantêm a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros. O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início de cada projeto e (ii) atualizado pelo IPCA. A implementação da infraestrutura,

atividade executada durante fase de obra, tem o direito à contraprestação vinculado à performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras, relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos. As receitas com implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de concessão e as receitas de operação e manutenção da infraestrutura estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) cumulativos, registrados na conta "Impostos diferidos" no passivo não circulante. **3.4. Investimentos:** A Companhia reconhece e demonstra os investimentos em controladas por meio do método de equivalência patrimonial. **3.5. Demais ativos circulantes e não circulantes:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. **3.6. Passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **3.7. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários não circulantes estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros implícita dos respectivos ativos e passivos. **3.8. Dividendos e juros sobre capital próprio:** A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante. O estatuto da Companhia estabelece um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição de reserva legal. **3.9. Segmento de negócio:** Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio das quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, com disponibilidade de informações financeiras individualizadas e cujos resultados operacionais são regularmente revistos pela administração no processo de tomada de decisão. A administração da Companhia entende que, embora suas controladas reconheçam receita para as atividades de implementação da infraestrutura, e de operação e manutenção, considerou-se que essas receitas são originadas por contratos de concessão que possuem apenas um segmento de negócio: transmissão de energia elétrica. **3.10. Provisão para redução ao valor recuperável ("Impairment"):** A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos financeiros e não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. Para o exercício não houve a identificação de ativos a serem ajustados ao valor recuperável. **3.11. Reconhecimento de receita:** As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas das controladas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: i) **Receita de infraestrutura:** Refere-se aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescendo-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado ao fim de cada obra. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente à Receita de Construção, as controladas da Companhia utilizaram um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. ii) **Remuneração dos ativos de concessão:** Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base taxa de desconto de 9,44%, que representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar as especificidades do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão e não sofre alterações posteriores. A taxa incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. iii) **Receita de operação e manutenção:** Refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem após o término da fase de construção e visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações. **3.12. Despesas operacionais:** As despesas operacionais são reconhecidas e mensuradas de acordo com o regime de competência, apresentadas líquidas dos respectivos créditos de PIS e COFINS quando aplicável. A Companhia e suas controladas classificam seus gastos operacionais na Demonstração de Resultado por função, ou seja, segregando entre custos e despesas de acordo com sua origem e função desempenhada, em conformidade com o requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76. Os gastos realizados para implementação de infraestrutura são reconhecidos como ativo, pois resultam em benefícios econômicos futuros. **3.13. Imposto de renda e contribuição social: Correntes:** As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas conforme legislação vigente, reconhecidas na demonstração do resultado e incluem correntes e diferidos. O tributo corrente é o tributo a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício. O lucro ou prejuízo tributável difere do lucro (ou prejuízo) antes dos impostos reportado na demonstração do resultado, devido à legislação tributária exigir que certas transações devem ser excluídas ou adicionadas ao lucro contábil. Apurado o lucro tributável, no Brasil aplicam-se as alíquotas vigentes de 15%, acrescida do adicional de 10% quando o lucro tributável ultrapassar R\$240, para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. E ainda, quando aplicável, consideram a compensação de prejuízos fiscais, limitada a 30% do lucro tributável. Nesse regime atualmente temos a GBS Participações S.A.. As controladas da Companhia optaram pelo regime de tributação com base no lucro presumido, conforme permitido pela legislação tributária, que consiste em um método para se obter o lucro tributável. No Brasil o lucro tributável por esse método é obtido aplicando o percentual de presunção de 8%, para o imposto de renda, e de 12%, para a contribuição social, sobre a receita bruta acrescida de 100% das receitas financeiras. Adicionalmente as controladas optaram por esse regime de tributação não registrarem imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias, exceto nos casos em que já existe plano de mudança do regime de tributação cujos efeitos são mensuráveis, e não estão inseridas no contexto da não cumulatividade na apuração do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS). **Diferidos:** Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes. **3.14. Impostos sobre a receita:** a) **Impostos sobre serviços:** Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre serviços, exceto quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre serviços é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso. **3.15. Provisões:** As provisões são reconhecidas para obrigações presentes resultantes de eventos passados e de perda provável passível de estimativa de valores de liquidação financeira de forma confiável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa. A Companhia e suas controladas reconhecem provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas de risco provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação

continua ★



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2022

Sterlite Power

GBS PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/ME nº 41.774.224/0001-38

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

dos advogados externos. **3.16. Despesas e receitas financeiras:** As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e são reconhecidas no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa e despesas com juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures que são reconhecidos pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia e suas controladas classificam os juros como fluxo de caixa das atividades de financiamento porque são custos da obtenção de recursos financeiros. **3.17. Normas e interpretações novas e revisadas pelo IASB:** **3.17.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022:** A Companhia e suas controladas adotaram a partir de 1º de janeiro de 2022 as normas abaixo, entretanto, não há efeito material nas demonstrações financeiras. • Alterações no CPC 37 (R1), CPC 48, CPC 29, CPC 27, CPC 25 e CPC 15 (R1). Contrato Oneroso, Ativo Imobilizado (vendas antes do uso pretendido) e Referências à Estrutura Conceitual; • IFRS 1 First-time Adoption of International Financial Reporting Standards - Subsidiária como adotante pela primeira vez; e • IFRS 9 Financial Instruments - Taxas no teste de "10 por cento" para baixa de passivos financeiros (equivalente ao CPC 48 - Instrumentos Financeiros). **3.17.2. Normas emitidas ou alteradas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia e suas controladas pretendem adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, após emissão pelo CPC quando entrarem em vigor. A Companhia ainda não concluiu a sua análise sobre os eventuais impactos decorrentes da adoção das referidas normas. • IFRS 17 - Contratos de Seguro: Classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023; • Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações serão válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023; • Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023; • Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis. As alterações são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023; e • Alterações ao IAS 12: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023.

4. REESTRUTURAÇÃO SOCIETÁRIA

4.1. Aquisição da Borborema, Goyaz e Solaris em 2022: Após processo de reorganização societária realizada pela Sterlite Brazil Participações S.A., em 11 de fevereiro de 2022, a GBS Participações S.A., holding criada pela própria Sterlite Brazil, adquiriu 100% das ações da Borborema Transmissão de Energia S.A., Goyaz Transmissão de Energia S.A. e Solaris Transmissão de Energia S.A., tornando-se sua controladora direta. Como essa transação foi realizada entre empresas do mesmo Grupo, onde a Sterlite Brazil mantém o controle indireto da Borborema, Goyaz e Solaris, os valores considerados na aquisição são apresentados a valores de históricos de custo. Valores de custos dos ativos adquiridos e passivos assumidos são apresentados a seguir:

	Borborema 31/01/2022	Goyaz 31/01/2022	Solaris 31/01/2022	Total 31/01/2022
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	17.369	175	31.550	49.094
Ativo de concessão	359.066	190.447	350.320	899.833
Tributos e contribuições a compensar	83	102	221	406
Adiantamentos a fornecedores e empregados	63.446	32.122	38.592	134.160
Prêmios de seguros	482	539	630	1.651
Outros	-	-	524	524
Total	440.446	223.385	421.837	1.085.668
Passivo				
Fornecedores	85.825	41.913	74.332	202.070
Salários e encargos sociais	166	97	82	345
Tributos e contribuições sociais	1.636	1.747	1.416	4.799
Imposto de renda e contribuição social	24	41	127	192
Empréstimos, financiamentos e debêntures	148.444	67.109	152.763	368.316
Dividendos e juros sobre capital próprio	500	172	609	1.281
PIS e COFINS diferidos	13.106	6.951	12.787	32.844
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.044	6.219	11.877	30.140
Total	261.745	124.249	253.993	639.987
Total dos ativos líquidos identificáveis	178.701	99.136	167.844	445.681
Dividendos a receber	484	158	592	1.234
Total da contraprestação	179.185	99.294	168.436	446.915

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora 2022	Controlado 2021	Controlado 2022
Caixa e depósitos bancários	62.519	5	76.879
Aplicações financeiras (i)	18.717	-	70.897
Total	81.236	5	147.776

(i) As aplicações financeiras estão mensuradas pelo valor justo por meio do resultado e possuem liquidez diária. As aplicações financeiras são do tipo CDB e compromissadas, remuneradas em 2022 pelo CDI, 97%,.

6. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS - CONSOLIDADO

	Consolidado 2022
Concessionárias e permissionárias	7.189
Total	7.189

As controladas da Companhia iniciaram-se os faturamentos da RAP a partir de: Solaris: junho de 2022, Goyaz: julho de 2022 e Borborema: setembro de 2022. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída, em decorrência da não apresentação de histórico de perdas e/ou expectativas de perdas nas contas a receber, a avaliação e monitoramento do risco de crédito e que as mesmas são garantidas por meio do Operador Nacional do Sistema (ONS).

7. ATIVO DE CONCESSÃO

Descrição	31/12/2022
Saldo inicial	-
Ativo adquirido com a aquisição das Controladas	899.833
Receita de implementação da infraestrutura	766.125
Remuneração do ativo de concessão	107.700
Receita de operação e manutenção	6.581
(-) Faturamento	(32.913)
Saldo final	1.747.326
Circulante	134.086
Não circulante	1.613.240

8. ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

	Consolidado 2022
Adiantamento a funcionários	8
Adiantamento a fornecedores	45.977
Total	45.985
Circulante	502
Não circulante	45.483

O saldo consolidado refere-se principalmente aos recursos antecipados aos fornecedores relacionados à obra e subcontratados, de acordo com as condições contratuais de pagamento acordadas no fornecimento de materiais, equipamentos e serviços da construção da linha de transmissão das empresas controladas, dada a necessidade de antecipação das obras. No momento das entregas das mercadorias e serviços os valores serão incorporados ao ativo contratual. Esses adiantamentos são assegurados pelas garantias recebidas pelos respectivos fornecedores.

9. PARTES RELACIONADAS

	Controladora 2022	2021	Ativo Consolidado 2022
Ativo circulante			
Sterlite Brazil Participações S.A.	50.470	49.791	50.470
Total	50.470	49.791	50.470
Ativo não circulante			
Sterlite Brazil Participações S.A.	-	-	-
Total	-	-	50.470
Circulante	50.470	49.791	50.470
Não circulante	-	-	-

A Companhia possui operação a receber junto à sua controladora Sterlite Brazil Participações S.A., integrante do grupo Sterlite, referente a empréstimo concedido sem juros, tendo apenas atualização de IOF no período de vigência. Foi realizado por meio de contrato simples entre as partes integrantes do mesmo grupo econômico, com vencimento em 31 de dezembro de 2023.

Em 31 de dezembro de 2022 não houve pagamento de remuneração aos administradores da Companhia.

10. INVESTIMENTOS

a) Informações dos investimentos mantidos pela Companhia (controladas)

	Qtde. de ações ordinárias possuídas	Participação no capital integralizado (%)	Ativos Passivos	Patrimônio líquido	Lucro líquido
Investidas					
Borborema	164.458.647	100	590.074	278.249	311.825
Goyaz	348.870.449	100	463.114	55.983	407.131
Solaris	186.491.109	100	815.828	407.888	407.940
Total	699.820.205	-	1.869.016	742.120	1.126.896

(*) Resultado do período compreendido entre 11 de fevereiro de 2022 e 31 de dezembro de 2022, data em que as investidas passaram a ser Controladas pela Companhia.

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

a) Os empréstimos e financiamentos são compostos da seguinte forma

Credor	Companhia	Encargos	Data final	Controladora 2022	Controlado 2021	Controlado 2022
Banco Banco do Brasil	Borborema	IPCA + 2,1512%	01/09/2041	-	-	9.379
Banco Banco do Brasil	Borborema	IPCA + 3,1635%	01/09/2041	-	-	26.885
Total Banco Banco do Brasil						36.264
Banco Modal - CCB (Ponte)	GBS	CDI + 4,50%	31/03/2022	-	52.595	-
Total Banco Modal					52.595	
BNB - Banco do Nordeste prioritário	Solaris	IPCA + 1,7577%	15/02/2045	-	-	74.134
BNB - Banco do Nordeste prioritário	Solaris	IPCA + 2,1482%	15/02/2045	-	-	54.064
BNB - Banco do Nordeste prioritário	Borborema	IPCA + 1,4541%	15/12/2040	-	-	102.677
BNB - Banco do Nordeste não prioritário	Borborema	IPCA + 1,7772%	15/12/2040	-	-	15.836
Total BNB						246.711
Debêntures	GBS	IPCA + 7,2731%	31/03/2024	598.964	-	598.964
Debêntures	Borborema	IPCA + 6,10%	16/01/2045	-	-	55.269
Debêntures	Solaris	IPCA + 6,40%	15/01/2045	-	-	169.941
Total debêntures				598.964		824.174
Total				598.964	52.595	1.107.149
Circulante				-	52.595	6.030
Não circulante				598.964	-	1.101.119
				598.964	52.595	1.107.149

b) Movimentação dos empréstimos e financiamentos

Emprestimo	Empresa	Saldo em 31/12/2021	Captações e adições	Custos de captação	Apropriação dos custos de captação	Atualização monetária	Juros	Amortização do principal	Amortização dos juros	Controladora	Consolidado
										31/12/2022	
CCB Banco Modal, (Ponte)	GBS	52.595	-	-	4.000	-	1.840	(58.435)	-	-	-
Debêntures	GBS	-	600.000	(32.757)	-	19.002	33.570	-	(20.851)	598.964	598.964
Total		52.595	600.000	(32.757)	4.000	19.002	35.410	(58.435)	(20.851)	598.964	598.964
Emprestimo	Empresa	Saldo em 31/12/2020	Captações e adições	Custos de captação	Apropriação dos custos de captação	Atualização monetária	Juros	Amortização do principal	Amortização dos juros	Saldo em 31/12/2021	Consolidado
CCB Banco Modal, (Ponte)	GBS	-	56.000	(6.000)	2.000	-	595	-	-	52.595	52.595
Total		-	56.000	(6.000)	2.000	-	595	-	-	52.595	52.595
Emprestimo	Empresa	Saldo em 31/12/2021	de investimentos	adições	Custos de captação	Apropriação dos custos de captação	Atualização monetária	Juros	Amortização do principal	Amortização dos juros	Saldo em 31/12/2022
BNB - Banco do Nordeste, prioritário	Borborema	-	85.285	18.035	-	-	-	6.251	-	(6.894)	102.677
BNB - Banco do Nordeste, não prioritário	Borborema	-	13.014	2.781	-	-	-	1.147	-	(1.106)	15.836
Banco do Brasil - FDNE I	Borborema	-	-	9.379	-	-	-	-	-	-	9.379
Banco do Brasil - FDNE II	Borborema	-	-	26.885	-	-	-	-	-	-	26.885
Debêntures	Borborema	-	50.145	-	(499)	-	2.616	3.008	-	-	55.268
BNB - Banco do Nordeste Prioritário	Solaris	-	-	73.852	-	-	-	1.201	-	(919)	74.134
BNB - Banco do Nordeste Não Prioritário	Solaris	-	-	53.804	-	-	-	951	-	(691)	54.064
Debêntures	Solaris	-	152.763	-	-	-	7.355	9.824	-	-	169.942
CCB Banco Modal, (Ponte)	Goyaz	-	67.109	-	-	-	-	1.492	(68.601)	-	-
CCB Banco Modal, (Ponte)	Goyaz	-	-	44.000	-	-	-	882	(44.882)	-	-
CCB Banco Modal, (Ponte)	GBS	52.595	-	-	4.000	-	1.840	(58.435)	-	-	-
Debêntures	GBS	-	-	600.000	(32.757)	-	19.002	33.570	-	(20.851)	598.964
Total		52.595	368.316	828.736	(33.256)	4.000	28.973	60.166	(171.918)	(30.461)	1.107.149

c) Por vencimento

	31/12/2022
2023	6.030
2024	21.344
2025	20.613
2026	21.643
2027	26.290
2028	28.274
2029	30.832
2030	33.630
2031	34.778
Após 2032	883.715
Total das obrigações	1.107.149

GBS Participações: A Companhia realizou a primeira emissão de 600.000 debêntures, no valor nominal de R\$1.000 em março de 2022, compostas por principal e juros, não conversíveis em ações e com garantia real e fiança adicional, amortização do valor nominal unitário atualizado em 43 (quarenta e três) parcelas semestrais e consecutivas, observada a carência de 12 (doze) meses contados da data de emissão, sendo a primeira parcela em 15 de março de 2023 e a última em março de 2043, remunerada à taxa de IPCA + 7,27% a.a. Em março de 2022 a GBS Participações assinou o Contrato de Garantia ("CPG"), tendo como garantidores de participação igualitária os bancos: Itaú Unibanco e Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. (SMBC). Foram emitidas garantias bancárias em nome da GBS Participações S.A. no valor de R\$600.000 referente a 1ª Emissão de Debêntures. Os pagamentos da comissão de fiança, de acordo com a CPG, são pagos ao final de cada trimestre com base nos saldos atualizados da 1ª Emissão de Debêntures. O custo é de 2,50% ao ano (base 360 dias), calculado de forma simples e *pro rata temporis*, até a conclusão do projeto. **Borborema:** A Borborema realizou a primeira emissão de debêntures, em novembro de 2021, composto de principal e juros, não conversíveis em ações e com garantia real e garantia fidejussória adicional, com amortização do valor nominal unitário atualizado, em 43 (quarenta e três) parcelas semestrais e consecutivas, observando o prazo de carência de 28 (vinte e oito) meses, contado a data de emissão, sendo a primeira parcela com vencimento em janeiro de 2024 e a última em janeiro de 2045 remunerada pela taxa IPCA + 6,10% a.a. Até 31 de

b) Movimentação dos investimentos

	Valor do Investimento em 31/12/21	Aquisição de investimentos	Aportes de capital	Equivalência patrimonial (*)	Dividendos	Adiantamento para futuro aumento de capital	Valor do Investimento em 31/12/22
Investidas							
Borborema	- 178.701	41.958	72.392	(726)	19.500	-	311.825
Goyaz	- 99.137	269.498	38.884	(388)	-	-	407.131
Solaris	- 167.843	88.773	152.837	(1.513)	-	-	407.940
Total	- 445.681	400.229	264.113	(2.627)	19.500	-	1.126.896

(*) As investidas passaram a ser controladas pela Companhia a partir de 11 de fevereiro de 2022, desta forma a equivalência patrimonial considera o resultado acumulado das investidas do período compreendido entre 11 de fevereiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022.

c) Dividendos a receber

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2022

Sterlite Power

GBS PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/ME nº 41.774.224/0001-38

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

ocorreram trimestralmente, a partir de 15 de agosto de 2022, até o início da amortização em 15/03/2024. A partir desta data, os pagamentos serão mensais, juntamente com as prestações vencidas de principal, até o fim do período de amortização em 15 de fevereiro de 2045. Em novembro de 2021 a Solaris firmou o Contrato de Prestação de Garantias ("CPG"), tendo como fiadores os bancos: Itaú Unibanco e BTG. Foram emitidas, em nome de Solaris, fianças bancárias no valor de R\$150.000 referentes à 1ª Emissão de Debêntures e R\$150.000 referente ao financiamento do projeto junto ao BNB. De acordo com o CPG, os pagamentos de comissão de fianças são pagos ao fim de cada período trimestral com base nos saldos atualizados da 1ª Emissão de Debêntures e do financiamento junto ao BNB. A comissão de fiança é de 1,35% ao ano (base 360 dias), calculada de forma simples e pro rata temporis, até a conclusão do projeto. Em 31 de dezembro de 2022, inexistiu evento de vencimento antecipado da dívida relacionado a cláusulas restritivas (*covenants*). Goyaz: Em fevereiro de 2022 a Goyaz firmou um empréstimo ponte no montante total de R\$44.000 com o Banco Modal, desembolsado integralmente em fevereiro de 2022. Em março de 2022 a Goyaz quitou os empréstimos ponte com o Banco Modal nos montantes de R\$68.601 e 44.882.

13. TRIBUTOS DIFERIDOS

	Consolidado	2022
IRPJ	37.289	
CSLL	19.394	
IR e CS diferidos	56.683	
PIS	11.266	
COFINS	51.991	
PIS e COFINS diferidos	63.257	
Tributos passivos	119.940	
Circulante	4.894	
Não circulante	115.046	

b) Conciliação da alíquota efetiva do Imposto de renda e contribuição social diferidos 2022:

	Consolidado	2022
IRPJ	37.289	
CSLL	19.394	
IR e CS diferidos	56.683	
PIS	11.266	
COFINS	51.991	
PIS e COFINS diferidos	63.257	
Tributos passivos	119.940	
Circulante	4.894	
Não circulante	115.046	

Receita operacional líquida
Alíquotas 8% 12%
Imposto de renda e contribuição social esperada (67.931) (101.896)
Alíquota utilizada para o cálculo 25% 9%
Imposto de renda e contribuição social efetiva (16.983) (9.171)
Outros (327) (62)
Impostos de renda e contribuição social diferido (17.310) (9.233)
Impostos diferidos: (i) o saldo de PIS e COFINS diferidos apresentados é reconhecido sobre a receita de implementação da infraestrutura, remuneração do ativo contratual e as receitas de operação e manutenção da infraestrutura apuradas sobre o ativo financeiro contratual pela alíquota de 3,65%, o recolhimento ocorrerá à medida que a Companhia receber as contraprestações da RAP de acordo com a IN 1.700/17.
c) **Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos:**

	Consolidado	31/12/2021	Aquisição de investimentos	Reconhecido no resultado	31/12/2022
Ativo/passivo					
Imposto de renda	—	(20.071)	(17.310)	(37.381)	
Contribuição social	—	(10.069)	(9.233)	(19.302)	
Não circulante	—	(30.140)	(26.543)	(56.683)	

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) **Capital social:** A Companhia foi constituída em 23 de junho de 2021 com capital social autorizado de R\$100,00 (cem Reais) divididos em 100 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2022, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$474.186, representado por 474.186.000 (em dezembro de 2021, R\$100 reais dividido em 100) ações ordinárias nominativas, integralizado, no valor nominal de R\$1 real cada. Em 11 de fevereiro de 2022, de acordo com AGE, acionista aprovou aumento de capital social da Companhia, que foi retificado de acordo com a AGE de 18 de março de 2022, o aumento de capital da Companhia no montante de R\$447.015, com a subscrição particular de 447.015.430 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, totalmente integralizado, sendo R\$ 445.681 por meio da transferência da totalidade das ações das controladas (vide Nota 4 para maiores detalhes), R\$ 1.234 em moeda corrente e R\$ 100 com o saldo de AFAC - Adiantamento para futuro aumento de capital. Em 09 de março de 2022, de acordo com AGE, acionista aprovou aumento de capital social da Companhia, que foi retificado de acordo com a AGE de 18 de março de 2022, o aumento de capital da Companhia no montante de R\$2.170, com a subscrição particular de 2.170.000 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, totalmente integralizado, em moeda corrente. Em 18 de março de 2022, de acordo com AGE, acionista aprovou aumento de capital social da Companhia no montante de R\$25.000, com a subscrição particular de 25.000.000 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, totalmente integralizado, em moeda corrente. Em 01 de setembro de 2022, de acordo com AGE, acionista aprovou aumento de capital social da Companhia no montante de R\$1.634, com a subscrição particular de 1.634.433 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, totalmente integralizado, em moeda corrente. b) **Reserva legal:** De acordo com o previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido do exercício deverá ser utilizado para constituição de reserva legal, que não pode exceder 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia mantém reserva no montante de R\$ 9.777 a título de reserva legal.

c) **Destinação do lucro líquido do exercício**

	2022	2021
Destinação dos lucros		
Lucro líquido/ (prejuízo) do exercício	195.542	(3.071)
Absorção de prejuízos acumulados	(3.071)	—
Constituição da reserva legal (i)	(9.624)	—
Base de cálculo de dividendos	182.847	(3.071)
Dividendos mínimos obrigatórios (iii)	(1.828)	—
Reserva de retenção de lucros (ii)	(181.019)	—
Constituição de reservas de retenção de lucros	—	(3.071)

(i) Reserva legal constituída com base em 5% do lucro líquido do ano, limitada a 20% do capital social. (ii) Reserva de retenção de lucros corresponde à parcela de lucro líquido do exercício excedente à reserva legal e ao dividendo mínimo obrigatório. A administração propõe a constituição de reserva de retenção de lucros nos termos do art. 196 da Lei 6.404/76. A Assembleia Geral dos acionistas deverá aprovar ou não a manutenção dessa reserva. (iii) Mínimo obrigatório previsto no estatuto social de 1% do lucro líquido do exercício, deduzido da reserva legal.

15. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Consolidado	2022
Receita operacional bruta		
Receita de implementação da infraestrutura	559.219	
Margem de implementação da infraestrutura	206.906	
Remuneração do ativo de concessão	107.700	
Receita de operação e manutenção	6.581	
Total da receita bruta	880.406	
Tributos sobre a receita		
PIS diferido sobre a implementação da infraestrutura	(3.919)	
PIS diferido sobre a margem de implementação da infraestrutura	(116)	
PIS diferido sobre operação e manutenção	(1.534)	
COFINS diferido sobre a receita de implementação da infraestrutura	(1.400)	
COFINS diferido sobre a remuneração do ativo de concessão	(18.214)	
COFINS diferido sobre a margem de implementação da infraestrutura	(6.087)	
Receita operacional líquida	849.136	
Custo de implementação de infraestrutura (Nota 16)	544.766	
Margem de implementação da infraestrutura	200.702	
Margem de implementação de infraestrutura %	36,84%	

16. CUSTOS DE IMPLEMENTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA E MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO

	Consolidado	2022
Pessoal	(29.172)	
Serviços de terceiros	(79.821)	
Gastos ambientais	(2.837)	
Terrenos	(3.493)	
Edificações, máquinas e equipamentos	(365.167)	
Servidão	(8.653)	
Capitalização de juros	(34.819)	
Outros	(25.204)	
Total	(549.166)	

Custos referentes à construção do projeto cujas atividades se intensificaram durante o exercício de 2022 principalmente com aquisição de máquinas e equipamentos bem como contratação de serviços.

17. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora	Consolidado	2022	2021	2022
Pessoal e encargos	—	(1.564)			
Serviços de terceiros	(1.617)	(9.354)			
Material	—	(22)			
Aluguéis	—	(88)			
Tributos	(1)	(42)			
Seguros	—	(2.577)			
Tarifas bancárias	—	(18)			
Outros	—	(49)			
	(1.618)	(13.714)			

As despesas gerais e administrativas apresentadas referem-se substancialmente a serviços de consultoria e amortização das despesas antecipadas de seguros.

18. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	Controladora	Consolidado	2022	2021	2022
Receitas financeiras					
Rendimentos de aplicações financeiras	967	—	6.870		
	967	—	6.870		

Despesas financeiras

Juros e atualização monetária sobre empréstimos e debêntures	(54.412)	(595)	(54.452)
Despesas bancárias	(345)	—	(429)
PIS/COFINS sobre rendimentos financeiros	(45)	—	(45)
Comissões, taxas e fianças (a)	(12.939)	(2.000)	(13.187)
IOF	(179)	(476)	(711)
	(67.920)	(3.071)	(68.824)
	(66.953)	(3.071)	(61.954)

Resultado financeiro líquido

(a) Corresponde à apropriação do custo de comissão ao banco Modal referente à estruturação do empréstimo ponte via Cédula de Crédito Bancário (CCB).

19. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

a) **Contingências passivas - risco de perda provável:** A administração da Companhia e de suas controladas com base em opinião de seus assessores jurídicos externos e na análise dos processos judiciais pendentes, constituíram provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para os processos em curso, como segue:

	Consolidado	31/12/2022
Processos judiciais		
Cíveis	144	13.213
	144	13.213

Em 31 de dezembro de 2022, todos os processos relacionados a perdas prováveis da Companhia e de suas controladas referiam-se ao seguinte assunto: Ação de Constituição de Servidão, Fundiário. a) **Contingências passivas - risco de perda possível:** A administração da Companhia e de suas controladas, com base em opinião de seus assessores jurídicos externos e na análise do processo judicial, acredita que as chances de êxito são possíveis devido a uma base sólida de defesa para o mesmo, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre o mesmo foi constituída. Em 31 de dezembro de 2022, os processos relacionados a perdas possíveis da Companhia e de suas controladas estão representados conforme segue:

	Consolidado	31/12/2022
Processos judiciais		
Cíveis	1	46
	1	46

O processo relacionado a perdas possíveis da Companhia e de suas controladas referia-se a processos fundiários.

b) Movimentação das provisões para contingências

	31/12/2021	Adições	31/12/2022
Processos judiciais			
Cíveis	—	13.213	13.213
	—	13.213	13.213

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A administração dos instrumentos financeiros da Companhia e das suas controladas é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia e das suas controladas é previamente aprovada pela diretoria. O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

20.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

	Controladora	Consolidado	2022	2021	2022
Ativos mensurados pelo custo amortizado					
Caixa e depósitos bancários	2	62.519	5	76.879	
Partes relacionadas	2	50.470	49.791	50.470	
Dividendos a receber	2	3.862	—	—	
Concessionárias e permissonárias	2	—	—	7.189	
Ativos mensurados a valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras	2	18.717	—	70.897	

Passivos mensurados pelo custo amortizado

Fornecedores	2	539	—	87.429
Empréstimos, financiamentos e debêntures	2	598.964	52.595	1.107.149
Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e ser presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia e suas controladas classificam os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46: Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração; Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e Nível 3 - ativos e passivos cujos preços não existem ou				

que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva ao valor de mercado. Os instrumentos financeiros da Companhia e das suas controladas, constantes do balanço patrimonial, estão classificados hierarquicamente no nível 2 e apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. **20.2 Gestão de risco:** As operações financeiras da Companhia e das suas controladas são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez, e previamente aprovada pela diretoria da Companhia e das suas controladas. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia e das suas controladas são: a) **Riscos de taxa de juros:** Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo dos contratos no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia e das suas controladas efetuarem o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros. b) **Riscos de preço:** As receitas da Companhia e de suas controladas são, nos termos do contrato de concessão a RAP, reajustadas anualmente pela ANEEL. c) **Riscos cambiais:** A Companhia e suas controladas fazem acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção. d) **Risco de liquidez:** A Companhia e suas controladas acompanham o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia e suas controladas é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade por meio de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada. A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela administração da Companhia por meio de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia e das suas controladas. A administração da Companhia e das suas controladas não considera relevante sua exposição aos riscos acima uma vez que monitora o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancário e linhas de crédito para captação que julgue adequados para a continuação do negócio. Adicionalmente, variações relevantes nos indexadores que definem as taxas juros dos financiamentos da Companhia e das suas controladas são amenizadas pelo fato do contrato de concessão assegurar que a Receita Anual Permitida - RAP também está atrelada a índices inflacionários e, portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade. **20.3 Gestão do capital:** A Companhia e suas controladas utilizam capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros busca otimizar sua estrutura de capital. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas monitoram sua estrutura de capital e a ajusta, considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da administração é assegurar recursos em montante suficiente para a continuidade das obras.

21. SEGUROS

Borborema: A Borborema possui contratos de seguro garantindo a indenização, até o valor fixado na apólice, pelos prejuízos decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas pela Companhia no contrato principal, oriundo do Edital do Leilão nº 002/2018-ANEEL, bem como multas e indenizações devidas à administração Pública. As garantias de indenizações, na modalidade de construção, fornecimento ou prestação de serviços, é de até a importância segura no montante de R\$18.342, com vigência de 13 de setembro de 2018 até 16 de dezembro de 2023 junto à Swiss RE. Para a modalidade de risco de engenharia foi contratado junto à Axa Seguros com vigência de 21 de junho de 2021 até 30 de março de 2024 e indenização segura no montante de R\$283.282, já para risco civil também junto à Axa Seguros foi contratado com vigência de 24 de junho de 2021 até 19 de dezembro de 2022 com mesma indenização segura no montante de R\$283.282. Para a modalidade de risco operacional foi contratado junto à Tokio Marine com vigência de 18 de julho de 2022 até 18 de junho de 2023, e indenização segura no montante de R\$336.782, já para risco civil geral foi contratado junto à Swiss Re com vigência 12 de junho de 2022 até 12 de junho de 2023 com indenização segura no montante de R\$30.000. **Solaris:** A Solaris possui contratos de seguro garantindo a indenização, até o valor fixado na apólice, pelos prejuízos decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas pela Companhia no contrato principal, oriundo do Edital do Leilão nº 002/2018-ANEEL, bem como multas e indenizações devidas à administração pública. As garantias de indenizações, na modalidade de construção, fornecimento ou prestação de serviços, é de até a importância segura no montante de R\$20.156, com vigência de 13 de setembro de 2018 até 27 de setembro de 2024 junto à Swiss RE. Para a modalidade de risco de engenharia foi contratado junto à Axa Seguros com vigência de 25 de junho de 2021 até 24 de setembro de 2022, e até 24 de setembro de 2024 na manutenção ampla, e indenização segura no montante de R\$345.090, já para risco civil também junto à Axa Seguros foi contratado com vigência de 12 de julho de 2021 até 21 de setembro de 2022 com mesma indenização segura no montante de R\$345.090. Para o reforço em instalações de transmissão de energia elétrica, para a modalidade de risco de engenharia do reforço foi contratado junto à Axa Seguros com vigência de 06 de dezembro de 2021 até 28 de fevereiro de 2023, e até 28 de fevereiro de 2025 na manutenção ampla, e indenização segura no montante de R\$83.077, já para risco civil também junto à Axa Seguros foi contratado com vigência de 6 de dezembro de 2021 até 28 de fevereiro de 2023 com mesma indenização segura no montante de R\$83.077. Para a modalidade de riscos operacionais foi contratado junto à Tokio Marine com vigência de 5 de julho de 2022 até 5 de julho de 2023 e indenização segura no montante de R\$65.766, já para risco civil geral foi contratado junto à Swiss Re com vigência de 5 de julho de 2022 até 5 de julho de 2023 com indenização segura no montante de R\$30.000. **Goyaz:** A Goyaz possui um contrato de seguro garantindo a indenização, até o valor fixado na apólice, pelos prejuízos decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas pela Companhia no contrato principal, oriundo do Edital do Leilão nº 002/2018-ANEEL, bem como multas e indenizações devidas à administração Pública. As garantias de indenizações, na modalidade de construção, fornecimento ou prestação de serviços, é de até a importância segura no montante de R\$16.079, com vigência de 13 de setembro de 2018 até 18 de junho de 2023 junto à Swiss RE. Para a modalidade de risco de engenharia foi contratado junto à Fairfax com vigência de 20 de agosto de 2021 até 20 de janeiro de 2023, e até 20 de janeiro de 2025 na manutenção ampla, e indenização segura no montante de R\$263.213, já para risco civil também junto à Fairfax com vigência de 20 de agosto de 2021 até 20 de janeiro de 2023 com mesma indenização segura no montante de R\$263.213. Para a modalidade de riscos operacionais foi contratado junto à Tokio Marine com vigência de 30 de junho de 2022 até 30 de junho de 2023 e indenização segura no montante de R\$ 121.867, já para risco civil geral foi contratado junto à Chubb com vigência de 30 de junho de 2022 até 30 de junho de 2023 com indenização segura no montante de R\$40.000.

22. EVENTOS SUBSEQUENTES

Solaris: A Companhia tem um escopo adicional de reforço de 2 transformadores 500/230 - 13,8 kV na SE Janauba 3, que foi entregue à operação em janeiro 2023, aumentando a RAP de Solaris em 38% em relação ao valor da RAP original.

DIRETORIA

Luciana Borges Araujo Amaral
Diretora Financeira

Ítalo Augusto Vasconcelos David
Diretor

Jell Lima de Andrade
Diretor de Projetos

Cynthia Neri
CRC - 1SP270076/O-1

continua →



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2022

Sterlite Power

GBS PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/ME nº 41.774.224/0001-38

→ continuação

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da **GBS Participações S.A.** São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da GBS Participações S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principal assunto de auditoria:** Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Mensuração do ativo contratual:** Conforme divulgado na nota explicativa 3.3 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, as controladas da Companhia avaliam que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão, segue existindo um ativo contratual pela contrapartida da receita de infraestrutura, uma vez que é necessária a satisfação da obrigação de operar e manter a infraestrutura de transmissão para que as controladas da Companhia passem a ter um direito incondicional de receber caixa. Conforme divulgado na nota explicativa 7, em 31 de dezembro de 2022, o saldo do ativo contratual consolidado da Companhia era de R\$ 1.747.326 mil. O ativo contratual refere-se ao direito das controladas da Companhia à contraprestação em decorrência dos investimentos realizados na construção da infraestrutura das linhas de transmissão de suas controladas, incluindo margem de construção, indenização pelos ativos não amortizados ao final da concessão e receita de remuneração dos ativos da concessão. O reconhecimento do ativo contratual e da receita das controladas da Companhia de acordo com o CPC 47 - Receita de contrato com cliente, conforme divulgado na nota explicativa 2.4, requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle sobre o direito de uso dos ativos. Adicionalmente, a mensuração do progresso das controladas da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfazida ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela diretoria para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra e

margens de lucros esperada em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas. Finalmente, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da diretoria. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração do ativo contratual e das respectivas receitas como um assunto significativo para a nossa auditoria. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: i) a avaliação dos procedimentos relacionados aos gastos realizados para execução do contrato; ii) análise da determinação de margem nos projetos em construção, relacionado aos novos contratos de concessão, e aos projetos de reforços e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica já existentes, verificando a metodologia e as premissas adotadas pelas controladas da Companhia, para estimar o custo total de construção, e o valor presente dos fluxos de recebimento futuro, descontado a taxa de juros implícita que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos; iii) com o auxílio de especialistas em modelagem financeira, análise da metodologia e dos cálculos para determinar a referida taxa implícita de desconto; iv) análise do contrato de concessão e seus aditivos para identificar as obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis, aplicáveis ao preço do contrato; v) análise do enquadramento da infraestrutura já construída no conceito de ativo contratual; vi) análise da atribuição de receita a cada uma das obrigações de performance presentes nos contratos de concessão; vii) análise de eventual risco de penalizações por atrasos na construção ou indisponibilidade; viii) análise da eventual existência de contrato oneroso; ix) análise dos impactos oriundos da Revisão Tarifária Periódica (RTP), por meio de inspeção das notas técnicas e consultas públicas emitidas pelo órgão regulador, recálculo do valor presente do fluxo contratual dos ativos da concessão, com base na nova Receita Anual Permitida (RAP) e verificação das glosas de projetos e das bases de remuneração; x) avaliação dos seguintes aspectos relacionados aos projetos de construção: (a) análise do cumprimento do cronograma físico das obras em andamento, bem como a verificação da existência ou não de itens anormais ao cronograma físico atualizado da obra, com possíveis alterações de projeto, ou mudanças de fornecedores que possam gerar custos não capturados pelos controles internos das controladas da Companhia; (b) avaliação das variações entre o orçamento inicial e orçamento atualizado das obras em andamento, e as justificativas apresentadas pela gestão da obra para os desvios; e (c) caso aplicável, verificação de indícios de suficiência dos custos a incorrer, para conclusão das etapas construtivas do empreendimento; xi) análises das comunicações com órgãos reguladores relacionadas à atividade de transmissão de energia elétrica; e xii) a avaliação das divulgações efetuadas pelas controladas Companhia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do ativo contratual das controladas da Companhia, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria na determinação do ativo contratual e das respectivas receitas, assim como as divulgações nas notas explicativas são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com

responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 17 de maio de 2023



ERNST & YOUNG
Audidores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O
Francisco F. A. Noronha Andrade
Contador - CRC PE-026317/O

Sterlite Power



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>



Sterlite Power




WWW.STERLITEPOWER.COM/BR



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>